

□ **DÍVIDA EXTERNA**

Atrasos serão comunicados aos credores

Quando reservas forem ameaçadas, País não pagará juros, mas explicará a decisão

JOÃO BORGES

BRASÍLIA — O atraso no pagamento dos juros aos bancos privados, que ocorrerá inevitavelmente a partir de setembro, caso não haja um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), será formalizado por um comunicado do governo brasileiro aos agentes financeiros atingidos pela moratória. "Se o credor não receber, ele saberá exatamente o porquê", afirmou ontem o embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, depois de mais um dia de muitas reuniões em Brasília.

No segundo semestre, vencer US\$ 3,7 bilhões em juros, dos quais US\$ 2,3 bilhões em setembro. Quando as parcelas dos juros vencerem e o nível das reservas cambiais não comportar os pagamentos, os bancos receberão o comunicado do governo brasileiro. É um procedimento diferente do adotado em relação ao Clube de Paris, pois neste caso há um esforço do governo em caracterizar o atraso no pagamento dos US\$ 800 milhões como um problema transitório e que será sanado nos próximos dias, com a esperada recuperação das reservas. Por isso, não houve um comunicado do atraso aos países credores.

O embaixador Marcílio Marques Moreira ainda acredita

em um acordo com o FMI. "É possível um acordo transitório, de curto prazo", comentou. Mas, ontem, no programa **Bom Dia Brasil**, da **Rede Globo** o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, ministro Sérgio Amaral, deixou claro que são remotas as possibilidades de uma solução global para a dívida externa no atual governo.

TOM DA EXPLICAÇÃO

Amaral acredita que na próxima semana o Brasil já tenha condições de retomar os pagamentos ao Clube de Paris. Segundo ele, na segunda-feira, como consequência das medidas na área cambial, o País conseguiu US\$ 300 milhões em divisas, pagou US\$ 100 milhões e aumentou as reservas em US\$ 200 milhões. O embaixador Marcílio Marques Moreira conversa hoje com o presidente José Sarney para acertar os últimos detalhes da retórica que empregará com autoridades do Tesouro americano e do FMI para explicar a situação do balanço de pagamentos do País e as recentes medidas tomadas para preservar as reservas cambiais. Ele acredita que haja condições de, com argumentos políticos, sensibilizar aquelas autoridades em favor de um acordo com o FMI que evite a crise cambial no País.

"É importante que o próximo presidente assuma sem ter de enfrentar o risco de hiperinflação e de uma crise cambial", disse ele, em entrevista à **Rede Manchete**. À saída do Ministério da



José Paulo/AE

Marques Moreira explica posição: esperança de acordo com FMI

Fazenda, depois de uma longa reunião com Sérgio Amaral, na qual se preparou a documentação que leva amanhã para os Estados Unidos, o embaixador reafirmou sua esperança de se conseguir um acordo de curto prazo com o FMI, para a liberação de recursos do FMI e de outras instituições, num total de cerca de US\$ 3 bilhões.

De qualquer forma, se não houver o acordo, o governo brasileiro já tem tudo pronto para formalizar o não-pagamento aos bancos privados. Serão preservados apenas os pagamentos dos juros relativos aos empréstimos de curto prazo que financiam o

comércio externo brasileiro, as linhas de crédito interbancárias (empréstimos dos bancos estrangeiros a agências de bancos brasileiros no Exterior) e os pagamentos de juros e do principal das agências multilaterais.

O cuidado em evitar qualquer atitude de confronto com os credores pode ser medido pelo teor de telex que o ministro Mailson da Nóbrega enviou ao comitê de bancos na terça-feira. Nele, o governo explica todas as medidas na área cambial, alerta sobre o risco de queima de reservas que o País enfrenta, mas não menciona a possibilidade de atraso nos pagamentos.